

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

CONCURSO - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO – 2006

SEGUNDA FASE – PROVA DISSERTATIVA

CADERNO DE PROVAS

Senhor (a) candidato (a):

As questões que serão abordadas nesta prova foram elaboradas com base no que consta do item 5.1 do Edital do Concurso e do Programa Para Concurso de Juiz do Trabalho Substituto descrito no Anexo da Resolução Administrativa nº 907/2002 do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

A primeira parte consiste de uma dissertação, sem limite de espaço, na qual o candidato deverá discorrer sobre o ponto sorteado dentre os três que estão sendo apresentados. O grau máximo que pode ser atingido é 4 (quatro).

A segunda parte, na qual poderá ser obtida a nota máxima 6 (seis), é composta de 6 (seis) questões, todas de igual valor. As respostas deverão ser dadas em espaço não superior a 25 (vinte e cinco) linhas. Eventual excesso será desconsiderado pela Comissão Examinadora. Não será levado em conta também o conteúdo da folha de rascunho que for indevidamente anexada à prova.

Os trabalhos, com 4 (quatro) horas de duração improrrogável, deverão ser desenvolvidos, com a colaboração de todos, em ambiente de máxima tranquilidade e concentração.

Só será permitido o uso de caneta com tinta azul ou preta. A letra deverá ser legível, evitando-se rasuras e emendas. É proibido o uso de corretor líquido. A caligrafia legível facilitará e dará segurança à correção da prova.

O caderno de provas e as folhas de rascunho permanecerão com o candidato ao término dos trabalhos.

BOA PROVA!

A Comissão Examinadora

1ª PARTE: Dissertação. Nota Máxima: 4 (quatro)

PONTOS PARA SORTEIO

1) - O art.114 da Constituição Federal, no seu inciso VI, com a redação dada pela Emenda nº 45, de 08/12/2004, atribui competência à Justiça do Trabalho para processar e julgar *as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho*. Tendo presente a hipótese de dano decorrente de acidente do trabalho, discorra o candidato sobre:

- a) – Responsabilidade do empregador;
- b) – Prescrição;
- c) – Indenizações cabíveis – Cumulação.

2) - A representação comercial tanto pode ser exercida por representante autônomo (Lei nº 4.886, de 09/12/1965), como por vendedor empregado. Embora de naturezas distintas, estas duas formas de relação de trabalho nem sempre são facilmente identificáveis, inclusive porque a realidade fática pode não coincidir com aquela revelada por documento ou por outra expressa manifestação de vontade. O candidato deverá abordar as duas espécies de contrato, conceituando-as e traçando pontos de distinção e de afinidade.

3) - Da competência da Justiça do Trabalho. Ampliação que decorre da Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.

2ª PARTE: Questões. Nota máxima: 6 (seis), 1 (um) para cada questão.
Cada resposta não poderá ultrapassar o limite de 25 linhas .

1ª questão - Atos Administrativos: validade; atos nulos e anuláveis; teoria dos motivos determinantes.

2ª questão - A *Exceção de Contrato não Cumprido*, segundo a doutrina, é meio de defesa que assiste à parte que deixa de cumprir a sua obrigação por não ter o outro contratante cumprido a sua.

Esta exceção se opera no plano da existência, da validade ou da eficácia do ato jurídico? Justifique.

3ª questão - O § 2º do art.114 da Constituição Federal está assim redigido: *Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente* (Emenda 45/04).

No entender do candidato:

a - É constitucional a exigência de *comum acordo* para o ajuizamento do dissídio? Fundamente.

b - Se o juízo competente, tendo por ausente o comum acordo, decidir pela extinção do processo, esta se dará com ou sem resolução de mérito? Justifique.

4ª questão - As disposições de ordem processual contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, embora pouco numerosas, porque inspiradas em princípios próprios, são tidas pela doutrina (ou parte dela), como evidências da autonomia do Direito Processual do Trabalho. Processa-se, atualmente, profunda reforma no Código de Processo Civil. As sucessivas leis inovadoras contemplam, exemplificativamente, a desnecessidade de citação para a deflagração da execução do título judicial (sincretismo), a imposição da multa de 10% do montante do débito para o devedor que não satisfaz a obrigação no prazo de 15 dias e a supressão da oportunidade de nomeação de bens à penhora por parte do devedor, quando citado.

Os dispositivos resultantes das alterações do Código de Processo Civil têm aplicação no processo do trabalho?

5ª questão - Pedro Pedroso, que foi sócio da Construtora Casa Nova Ltda, sete anos depois de retirar-se da sociedade, é citado para satisfazer obrigação decorrente de sentença que julgou procedentes em parte os pedidos formulados em ação trabalhista ajuizada, há três anos, por ex-empregado, que trabalhou para a construtora por nove anos. Por entender que, embora a pessoa jurídica tenha se tornado insolvente, o seu patrimônio não pode ser atingido, o ex-sócio opõe exceção de pré-executividade. O juízo da execução, em tese, pode: **a)** não conhecer da exceção por considerá-la incabível no processo trabalhista, rejeitando-a *in limine*; **b)** admitir a exceção, decretando a extinção da execução quanto ao excipiente, depois de ouvir o exceto;

conhecer da exceção rejeitando-a por considerar que o ex- sócio responde solidariamente pelas obrigações da sociedade que integrou. A decisão, qualquer que seja, é atacável pela parte inconformada? De que forma?

6ª questão - João dos Santos foi contratado por “JC Telefones Ltda” para o exercício da função de instalador de telefones. Quando da sua admissão, foi registrado na sua CTPS, na forma prevista no artigo 62, inciso I, da CLT, que a sua atividade seria desenvolvida externamente. Igual anotação constou da ficha de registro de empregados. A jornada iniciava às 7:00 horas, quando o trabalhador comparecia à sede da empresa, onde recebia a relação dos clientes que aguardavam a instalação de aparelhos, em número que atingia, em regra, 20 (vinte).

Em cada instalação eram despendidos cerca de 28 (vinte e oito) minutos. A atividade somente era suspensa por 30 minutos para repouso ou alimentação. Depois de executadas todas as instalações, que demandavam em torno de 10 horas, o instalador apresentava o seu relatório, o que era feito diretamente na empresa ou por meio eletrônico.

Após ter sido despedido, o trabalhador ajuizou Reclamação Trabalhista contra sua ex-empregadora, postulando, além de outros direitos, o pagamento de remuneração de horas extraordinárias. A reclamada, em sua defesa, sustentou nada dever a este título, invocando o exercício de atividade externa, sem controle de horário.

Na condição de juiz, como o candidato resolve a questão?